



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO Á DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/ CAPES/UEPB**

ROSIMERE DE SOUZA RAMOS

AS CONTRIBUIÇÕES DA SALA DO AEE PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

CAMPINA GRANDE – PB

2017

ROSIMERE DE SOUZA RAMOS

AS CONTRIBUIÇÕES DA SALA DO AEE PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia-PARFOR/CAPES/UEPB, como requisito necessários para obtenção do título de graduação em Pedagogia, sob a supervisão da Profª Dª Elvira Bezerra Pessoa

CAMPINA GRANDE – PB

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R175c Ramos, Rosimere de Souza.
As contribuições da sala do AEE para educação inclusiva
[manuscrito] / Rosimere de Souza Ramos. - 2017.
40 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em
Primeira Licenciatura em Pedagogia do Parfor) - Universidade
Estadual da Paraíba, EAD - Campina Grande, 2017.

"Orientação : Profa. Dra. Elvira Bezerra Pessoa,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Educação. 2. Educação inclusiva. 3. Contribuição
pedagógica.

21. ed. CDD 370.1

ROSIMERE DE SOUZA RAMOS

AS CONTRIBUIÇÕES DA SALA DO AEE PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em 18/11/2017

NOTA _____

Elvira Bezerra Pessoa

Prof.^a Dra. Elvira Bezerra Pessoa /UEPB

Orientador

Marilene Dantas Vigolvin

Prof.^a Ms. Marilene Dantas Vigolvin / UEPB

Examinadora

Silvânia Karla de Farias Lima

Prof.^a Ms. SILVÂNIA KARLA DE FARIAS LIMA

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, de quem tirei força nos momentos difíceis.

A minha família que sempre me apoia.

A todos da Creche Municipal Maria Graciete Ramos Castro, em especial a Diretora Leomacia Simões e as secretárias Fátima Lima e Thatiane Gonçalves que sempre, me ajudaram tirando dúvidas e ajudando na minha pesquisa.

A minhas colegas de grupo de estudos de pedagogia, Roberta, Waldyanna, Marlene, Alquiberia, Tânia e Viviane.

A minha Orientadora Elvira Bezerra Pessoa, por dedicar seu tempo para me orientar.

E as minhas filhas, pois tudo que faço é por elas.

RESUMO

Essa pesquisa surgiu do estágio supervisionado onde foi percebida a necessidade de analisar a educação inclusiva na escola pública. Objetivou-se identificar as concepções e desafios de professores sobre a educação inclusiva e a contribuição da sala de AEE para sala regular e seu funcionamento. E especificamente conhecer as concepções de professores sobre a educação inclusiva, identificando o posicionamento e as atitudes de professores diante de alunos com necessidades especiais e investigar a contribuição pedagógica de ensino aprendizagem da sala do AEE. Foi realizado a pesquisa de campo na Creche Municipal Maria Graciete Ramos Castro, cidade de Gurjão –PB. A sala de recursos multifuncionais da creche Municipal no momento está atendendo 23 crianças de diferentes níveis escolar, distribuído em dois turnos. Eles frequentam uma hora por dia no horário oposto a sala regular. Desenvolvem atividades de acordo com a dificuldade de cada aluno utilizando os recursos existentes e confeccionando novos recursos a partir da necessidade das crianças. Esse professor da sala AEE não tem como único papel o atendimento ao aluno. Suas atribuições estão ligadas a ações que promovam igualmente e disponibilidade de recursos de acessibilidade.

Palavras- chave: Educação, Inclusão, Sala Multifuncional.

ABSTRACT

This research emerged from the supervised stage where it was perceived the need to analyze inclusive education in the public school. The objective was to identify the conceptions and challenges of teachers on inclusive education and the contribution of the ESA room to the regular room and its operation. Specifically, it is important to know the conceptions of teachers about inclusive education, identifying the positioning and attitudes of teachers in relation to students with special needs and to investigate the pedagogical contribution of learning to the ESA classroom. Field research was carried out at the Maria Graciete Ramos Castro Municipal Nursery, Gurjão -B city. The multifunctional room of the municipal day care center is currently serving 23 children of different school levels, distributed in two shifts. They attend an hour a day at the opposite time to the regular room. They develop activities according to the difficulty of each student using the existing resources and making new resources from the children's need. This teacher of the AEE room does not have the only role of attending the student. Its attributions are linked to actions that promote accessibility and availability of accessibility resources.

Key words: Education, Inclusion, Multifunctional Room.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	9
2.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	9
2.2 MARCOS HISTÓRICO E NORMATIVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA	11
2.3 PRÁTICA DOCENTE E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	15
2.4 FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	23
2.5 O PAPEL DA SALA DE RECURSOS PARA INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA... ..	23
3.CAMINHOS PERCORRIDOS DA PESQUISA	
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	28
3.2 LOCAL DA PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO	
3.2.1 IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRIA DA CRECHE.....	29
3.2.2 CORPO DOCENTE DA INSTITUIÇÃO.....	31
3.2.3 ASPECTOS ESTRUTURAIS E DE FUNCIONAMENTO.....	32
3.2.4 OS OBJETIVOS EDUCACIONAIS DA CRECHE.....	33
3.3 ETAPAS DA PESQUISA	34
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
6.REFERÊNCIA.....	39

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu da necessidade de compreender a educação inclusiva no contexto da escola regular e a relação da sala de recursos na escola onde desenvolvi o estágio supervisionado.

Sabemos que a inclusão escolar da pessoa com deficiência depende de todos que fazem parte da escola, mas principalmente dos professores da sala regular e as salas de AEE vieram para contribuir com essa inclusão, pois essas crianças já são excluídas pela família e sociedade, e é na escola que devemos mudar essa concepção que pessoas com deficiência são incapaz. A escola quando incluir está incluindo este indivíduo na sociedade pois o objetivo da educação inclusiva é adaptar e ajudar, no desenvolvimento das capacidades, contribuindo na formação do ser humano.

A inclusão escolar é uma proposta que representa valores importantes condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos. A dignidade, os direitos individuais e coletivos garantidos pela Constituição Federal impõem às autoridades e à sociedade brasileira a obrigatoriedade de efetivar a política de inclusão como direito público para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de preparar para a vida em comunidade.

Nesta situação, deparamos com desencontros na instauração da política de inclusão escolar, já que é recorrente a ideia de que os alunos aprendem da mesma forma e no mesmo ritmo. A escola inclusiva, no entanto, tem como eixo principal o reconhecimento da diversidade e heterogeneidade dos sujeitos que a compõem.

O método de ensino na educação inclusiva deve ser capaz de garantir que o aluno se sinta motivado para enfrentar a escola e participar de atividades na sala de aula, que possua qualidade curricular e metodológica, que identifique barreiras de aprendizagem e planeje forma de removê-las, com o objetivo de que cada aluno seja contemplado e respeitado em seu processo de aprendizagem.

Esse trabalho demonstra as contribuições da sala de AEE para as salas regular e o papel que o AEE desenvolve, pois incluir não é só matricular, tem que incluir os alunos nas atividades de sala e fora da sala .

O aluno que convive com as com diversidade, aprende muito mais pois ela irá partilhar conhecimento diversos, que vai contribuir para seu desenvolvimento. Para este trabalho procura refletir sobre as práticas pedagógicas nas Salas de Recursos Multifuncionais e o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular. Assim sendo, o presente trabalho estuda e analisa a educação oferecida aos alunos com necessidades educacionais especiais, na inclusão desses alunos no ensino regular pois a escola não se constitui apenas numa referência geográfico espacial; mas um universo de convivência construtiva de desenvolvimento social, ético e cultural que envolve, necessariamente, a

Essa pesquisa objetivou-se identificar as concepções e desafios de professores sobre a educação inclusiva e a contribuição da sala de AEE para sala regular e seu funcionamento. E especificamente conhecer as concepções de professores sobre a educação inclusiva, identificando o posicionamento e as atitudes de professores diante de alunos com necessidades especiais e investigar a contribuição pedagógica de ensino aprendizagem da sala do AEE.

O presente estudo entende que a educação especial vem crescendo cada dia mais suas exigências vem aumentando já que a sociedade está sempre em um processo de renovação sempre buscando alcançar a verdadeiro democracia, que só vai ser alcançado quando todos tiver direito a informação, conhecimento necessário para a formação de sua plena cidadania.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

O discurso acerca da inclusão de pessoas com deficiência na escola, no trabalho e nos espaços sociais em geral, tem-se propagado rapidamente entre educadores, familiares, líderes e dirigentes políticos, nas entidades, nos meios de comunicação etc. Isto não quer dizer que a inserção de todos nos diversos setores da sociedade seja prática corrente ou uma realidade já dada. As políticas públicas de atenção a este segmento, geralmente, estão circunscritas ao tripé educação, saúde e assistência social, sendo que os demais aspectos costumam ser negligenciados.

A educação destas pessoas tem sido objeto de inquietações e constitui um sistema paralelo de instituições e serviços especializados no qual a inclusão escolar desponta como um ideal utópico e inviável.

A saúde limita-se à medicalização e patologização da deficiência ou à reabilitação compreendida basicamente como concessão de órteses e próteses. A assistência social traduz-se na distribuição de benefícios e de poucos recursos, em um contexto de miséria e de privações, no qual impera a concorrência do assistencialismo e da filantropia. Em cada um destes setores, o foco do atendimento privilegia uma certa dimensão do contexto de vida familiar, comunitário e social.

Para a educação, o sujeito com deficiência é um "aluno especial", cujas necessidades específicas demandam recursos, equipamentos e níveis de especialização definidos de acordo com a condição física, sensorial ou mental. No âmbito da saúde, o mesmo aluno é tratado como "paciente", sujeito a intervenções tardias e de cunho curativo, enquanto no campo da assistência social ele é um "beneficiário" desprovido de recursos essenciais à sua sobrevivência e sujeito a formas de concessão de benefícios temporários ou permanentes de caráter restritivo (SÁ, 2003).

O que se observa, nestes setores, são ações isoladas e simbólicas ao lado de um conjunto de leis, projetos e iniciativas insipientes e desarticuladas entre as diversas instâncias do poder público. Tais observações podem parecer pouco otimistas, e talvez o sejam, por representarem a perspectiva de quem tem a experiência da exclusão atravessada nas cenas do cotidiano e nos descaminhos da própria existência. Dificilmente,

conseguimos abordar esta realidade sem exaltações ou animosidades, pois o tema tem suscitado debates calorosos que trazem em seu teor concepções divergentes e acentuam o antagonismo entre educação especial e inclusiva.

Segundo Sá (2003) deparamos com argumentos que se justificam pela análise do óbvio, isto é, pela explicitação das dificuldades e limitações vivenciadas no contexto do sistema escolar e no ambiente da sala de aula. Os professores do ensino regular ressaltam, entre outros fatores, a dura realidade das condições de trabalho e os limites da formação profissional, o número elevado de alunos por turma, a rede física inadequada, o despreparo para ensinar "alunos especiais" ou diferentes. Os professores da educação especial também não se sentem preparados para trabalhar com a diversidade do alunado, com a complexidade e amplitude dos processos de ensino e aprendizagem. A formação destes profissionais caracteriza-se pela qualificação ou habilitação específicas, obtidas por meio de cursos de pedagogia ou de outras alternativas de formação agenciadas por instituições especializadas. Nestes cursos, estágios ou capacitação profissional, esses especialistas aprenderam a lidar com métodos, técnicas, diagnósticos e outras questões centradas na especificidade de uma determinada deficiência, o que delimita suas possibilidades de atuação.

Além disso, constatamos o receio, a insegurança e a resistência dos pais que preferem manter os filhos em instituições especializadas temerosos de que sejam discriminados e estigmatizados no ensino regular. Muitos deles desistiram por terem ouvido tantas vezes que não havia vaga para o seu filho naquela escola ou que o melhor para ele é uma escola especial. Outros insistem por convicção ou simplesmente por se tratar da única opção no local de moradia da família, pois existem os que estão fora da escola pelas razões aqui apontadas.

Em todas as sociedades sempre existiu pessoas com algum tipo de deficiência, mas nem sempre eles tiveram direitos como cuidados primários, reabilitação, educação, trabalho, lazer e cultura.

Nos dois últimos séculos podemos observar muitas mudanças em vários aspectos, relacionados a pessoas com deficiência.

No Brasil em 1600, havia uma instituição especializada na área de deficiência física. No II império foi criado no Rio de Janeiro, o Imperial instituto dos meninos cegos, seguindo o

modelo europeu, atualmente chamado Instituto Benjamim Constant, o instituto dos surdos-mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos- INES (FERREIRA.2005).

O atendimento especial a pessoas com deficiência só começou quando. Pedro II, fundou o imperial Instituto dos meninos cegos no Rio de Janeiro, logo no início da República esse atendimento foi irregular e quase inexistente, como iniciativa oficial na área educacional.

Somente na década de 1930, que iniciou a educação escolar, para pessoas com necessidades especiais. Já em 1942, havia 40 escolas públicas regulares que prestavam atendimento a deficientes mentais e 14 que atendiam alunos com outras deficiências e o instituto Benjamim Constant editou em braile a Revista brasileira para cegos, primeiro do gênero no Brasil.

Em 1954 surge a primeira APAE- Associação de pais e amigos de excepcionais. Segundo Tavares (2005), devido o despreparo das escolas públicas para atender as necessidades do alunos, a APAE acaba predominando no Brasil.

De acordo com a política da Educação especial na perspectiva inclusiva um desafio político e pedagógico.

2.2 MARCOS HISTÓRICO E NORMATIVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

A constituição da República Federativa do Brasil- 1998, diz:

- Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...];
- Art.206.O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 - I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

A lei 7.853-1989 o direito das pessoas portadoras de deficiência e criminalização do preconceito

- Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa:
 - I- Recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta.

Já em 1994, a proposta de inclusão escolar começa a ser gestada, no Brasil com o paradigma integracionista- modelo clinico de deficiência, ONU/2006- Brasil: emenda constitucional –DL 186/2008 e pelo DE 6949/2009, no tratado internacional altera o conceito de deficiência. De

acordo com a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (ONU Art.1).

Agora chamamos pessoas com deficiência e não deficiente ou portador de deficiência.

A política nacional de educação especial na perspectiva na educação inclusiva MEC/2008, impulsiona novas formulações que reorientam o apoio técnico e financeiro, no sentido de prover as condições para a inclusão escolar dos estudantes públicos alvo da educação especial nas redes públicas de ensino.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e demais modalidades sem substituí-los, com o objetivo de assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A educação inclusiva é um processo educacional em continua construção que busca garantir o direito de acesso e de permanência de todos os alunos à escola, reconhecendo a igualdade e a diferença como condições pedagógicas indispensáveis a aprendizagem, proporcionando uma quebra de paradigmas, com a formação em serviços.

COM O DECRETO 7.611/11

- I - aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado;
- II - implantação de salas de recursos multifuncionais;
- III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão;
- IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais;
- V - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
- VI - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade;

- VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

O plano viver sem limites do decreto 7.612/2011, tem o comprometimento com os direitos assegurados pela convenção sobre o direito das pessoas com deficiência.

No nosso estado existe o Paraíba sem limite com: acesso à educação, inclusão social, acessibilidade, atenção à saúde.

Documentos orientadores a implementação da política de Educação inclusiva

NOTAS TÉCNICAS

- NOTA TÉCNICA Nº 51/2012- MEC/SECADI/DPEE. Implementação da Educação Bilíngue.
- NOTA TÉCNICA Nº 08/2012- MEC/SEESP/GAB-Orientação para promoção de acessibilidade nos exames nacionais.
- NOTA TÉCNICA Nº 19/2010- MEC/SEESP/GAB- Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino.
- NOTA TÉCNICA Nº 11/2010- MEC/SEESP/GAB- Orientação para institucionalização na escola, da oferta do atendimento educacional especializado –AEE em salas de recursos multifuncionais.
- NOTA TÉCNICA Nº 055/2013-MEC/SECADI/DPEE- Orientação à atuação dos centros de AEE, na perspectiva da educação inclusiva.
- Resolução Nº 080/2013 – regulamenta a criação dos centros de atendimento educacional Especializado (CAEE) no âmbito do sistema educacional de ensino na Paraíba.

O acesso à educação se consolida com o comprometimento de todos nós.

O conhecimento da políticas e serviços voltados para a pessoa com deficiência o **COMPROMETE**.

Cada um de nós tem a responsabilidade de conquistar a garantia dos direitos e das oportunidades.

A inclusão é um processo de reconhecimento das diferenças visando assegurar a igualdade de direitos e oportunidades.

Todos nós somos diferentes e todos nós queremos ter os mesmos direitos e oportunidades.

Diante de tudo isso que acabamos de ver, entendo que a educação inclusiva, já melhorou muito, mas mesmo assim continuamos no processo de adequação, a educação inclusiva, pois na realidade apesar de tantas leis, a inclusão ainda alunos com deficiência, mesmo sabendo que pela lei ela é obrigada a aceitar e muitas vezes matricular aqueles alunos mais não incluir, pois ele fica na sala apenas para ficar, pois eles nem fazem atividades nem desenvolvem nenhum tipo de interação, diante disso vejo que a educação ainda precisa melhorar e muito, incluir não é só matricular e sim fazer com que o aluno participe das aulas e desenvolva algum tipo de aprendizagem.

Segundo Mazzotta (2005)

[...] a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é uma atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século. (p. 15)

A exclusão é parte de uma sociedade dividida em classes, e a escola como parte integrante desta sociedade também é excludente. Na verdade, a escola excluir e não fazer o seu papel que é contribuir para o processo de escolarização, contribuindo para melhoria das condições de vida de todos os seus alunos, por meio da educação.

A educação inclusiva compreende a educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em espaço para todos. Favorecendo a diversidade e a aprendizagem de todos.

Educação inclusiva significa educar todas as crianças no mesmo contexto escolar. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problema, mas como diversidade.

O PNE considera público alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Alunos com deficiência (intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), transtorno global de desenvolvimento (TGD) e altas habilidades de superlotação.

Inclusão escolar é acolher todas as pessoas sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. O termo é associado mais comumente à inclusão educacional de pessoas com deficiência física e mental.

Recusar-se a ensinar criança com necessidade especial é crime: todas as instituições devem oferecer atendimento especializado, chamado de educação especial, mas não podemos confundir educação especial com ensinar crianças em uma sala onde todos são crianças com deficiência, pois a inclusão acontece na escola regular.

Neste caso, no entanto, as escolas precisam estar preparadas para receber essas crianças, seja na infraestrutura da instituição (rampas, sinais, elevadores, etc) e principalmente na capacitação de profissionais de ensino.

2.3 PRÁTICA DOCENTE E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A prática docente é parte fundamental no processo de educação inclusiva, pois é com ela que acontece realmente a inclusão ou exclusão

Neste sentido devemos entender que a sociedade é composta por várias diferenças como: cultural, física, financeira, por exemplo, quando falamos em inclusão educacional, estamos nos referindo aos mais variados públicos e temos que mudar o modo de ensinar para atender a todos os alunos, não só com necessidades especiais.

Para RODRIGUES, Armindo J. Apud Ribeiro e BAUMEL (2003). A educação inclusiva não deve ser tratada como uma abordagem tradicional onde era sinônimo de uniformização, mas numa abordagem de atenção a diversidade e a igualdade com respeito pelas diferenças e pelas necessidades individuais, desenvolvendo as potencialidades de cada aluno através de percursos individualizados de aprendizagem, respeitando as características e o ritmo de cada um.

Nos dias atuais essa palavra inclusão vem sendo muito divulgada pelos meios de comunicação e quando falamos em inclusão quer dizer que devemos incluir algo que está excluído.

Segundo MITTLER, Peter(2003, p.20) A inclusão educacional depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e dá vida escolar como um todo. Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos os governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos os pais.

De acordo com o autor, a aprendizagem vai além da sala de aula e deve ser construído por todos, sociedade, família e governo.

Devido as exigências educacionais nas últimas décadas, vem acontecendo várias mudanças no ensino, nos currículos escolares, nas leis de acessibilidade e na criação de um novo modelo de educação: a educação inclusiva.

Mas por onde devemos começar essas mudanças nas práticas educacionais para atender as diferenças e as necessidades especiais?

RODRIGUES, Armindo de J. Apud Ribeiro e BAUMEL (2003, p.24), ele fala que:

“As mudanças deverão necessariamente começar nas concepções pedagógicas dos professores e em suas atitudes para com os alunos em dificuldade. A perspectiva pessoal do professor informará toda a sua construção e implementação de esquemas e rotinas”

O autor propõe um novo olhar dos educadores, nos seus conceitos pedagógicos para atender todos os alunos que aprender com facilidade e principalmente para os que tem dificuldade da aprendizagem, buscando uma forma de readequação.

Apesar do tempo do professor ser muito corrido, devemos sempre inovar e testar várias habilidades em sala de aula, para que aconteça o desenvolvimento intelectual desses alunos.

A socialização e a construção do conhecimento pelos educadores devem ajudar na autonomia e formação dos seus alunos, para que eles construam seus próprios objetivos.

A construção do conhecimento não se dar apenas por quem passa os conteúdos, mas por profissionais capacitados para ensinar, aprender e falar, mas também que saía escutá-los e vir o aluno como um todo, fazendo sempre uma interação entre aluno e professora na construção do saber.

Ao escolher a profissão de professor, devemos saber que o ato de ensinar é necessário e temos que aceitar e compreender os obstáculos a serem encontrados ao longo da sua carreira.

Entretanto o professor ser preparado deste sua fase acadêmica para as dificuldades, em especial aqueles que não se enquadram nos padrões educacionais a que estamos acostumados.

Porém sabemos que na fase acadêmica isso ocorre de uma forma muito precária.

A inclusão de crianças com necessidades especiais na dependem só da pratica do educador mas sim de um boa formação. A escola deve fazer sua parte fornecendo materiais e recursos adaptados, oferecer cursos para os profissionais para que a inclusão realmente aconteça.

A escola está cheia do formalismo racionalidade, com modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia, porém está deixando de lado a formação de todos que fazem parte dela, para a inclusão possa realmente acontecer. Essas formações é de suma importância para entendermos as diversidades humanas que está cada vez mais destacada, só assim iremos entender como ensinar, como aprendemos diante de tantas diversidades.

Diante das diferenças, a escola não pode ignorar o que está acontecendo ao seu redor, as diferenças nos processos pelos quais forma o aluno. E reconhecer que aprender é ser capaz de se expressar, dos mais variados modos, partindo das nossas origens, de nossos valores e sentimentos.

Os sistemas escolares estão sempre com um pensamento que divide os alunos em alunos normais e alunos com deficiência e as modalidades de ensino em regular e especial e são esses pensamentos que faz com que não conseguimos romper essas barreiras da inclusão. Se pretendemos é que escola seja inclusiva, então devemos repensar nos nossos planos, nas uma educação para todos, livre de preconceitos e que reconheçam os valores e as diferenças.

Os professores do ensino regular muitas vezes consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças, pois alegam que na sua formação não foi trabalhado métodos para trabalhar com a diversidade.

Há também o preconceito de pais de alunos ditos normais, que não querem que a inclusão aconteça pois acham que as crianças com deficiência irão atrapalhar na aprendizagem dos demais.

Para o aluno com dificuldade de aprendizagem pode ser desde situações leves e transitórias que podem se resolver naturalmente no decorrer do trabalho pedagógico, até as mais graves que temos que usar recursos específicos para sua efetivação.

O professor deve a flexibilização curricular; pois são possibilidades educacionais, atuar frente as dificuldades de aprendizagem dos alunos, um currículo dinâmico, alterável, possível de ampliações, onde o educando com deficiência seja protagonista e resolva as situações individualmente ou em grupo. Algumas possibilidades educacionais são: plano de ensino com atividades mais flexíveis e materiais diversificados, situações de aprendizagem desafiadora.

As flexibilizações podem ser relativas como: espaço, tempo, conteúdos, recursos e avaliação.

No espaço, adaptação do ambiente escolar como elemento facilitador do processo de ensino- aprendizagem, como tipos de agrupamentos e organização didático da aula.

Para alunos cegos, identificação de materiais em braile para que o cego possa se locomover e encontrar o que procura com autonomia, cadeiras adaptadas ao aluno com cadeiras de rodas.

A organização da sala em grupos favorece não somente ao aluno com deficiência como toda a turma.

O tempo podem determinar um período maior para as crianças e jovens possam retomar conteúdos, realizar tarefas mais complexos, entregar trabalhos e realizar provas.

O prolongamento de um ano ou mais de permanência do aluno no ano ou ciclo (retenção).

Nos conteúdos devemos priorizar as áreas ou unidades de conteúdos que assegurem funcionalidade e sejam essenciais para aprendizagens posteriores. Prioriza os objetivos que enfatizam o desenvolvimento de habilidades sociais, de trabalho em equipe, de realização das tarefas.

Quanto aos recursos, buscar materiais didáticos ou outras estratégias para ensinar determinados conteúdos, facilitando a aprendizagem. É a mais comum, geralmente relacionada a todos os tipos de deficiência.

Já na avaliação, os alunos com deficiência precisam passar pelos momentos de avaliação ao mesmo tempo que os colegas. Deve-se determinar metas, intervenções e objetivos de aprendizagem específicos para o aluno, refletindo as adaptações que foram feitas para ensinar ao aluno com deficiência.

Detalhes como cabeçalho idêntico ao da prova regular, sistema de avaliação (notas ou conceitos) e correção/devolução devem ser na mesma hora do grupo.

Deve-se fazer relatório com a adequação curricular e os objetivos do trabalho, de maneira a ajudar o professor do ano seguinte a planejar novos desafios de acordo com as possibilidades do estudante.

Segundo Mantoan (2003). Ensinar a turma toda reafirma a necessidade de se promover situações de aprendizagem que formem em um tecido colorido de conhecimento, cujos os fios expressam diferentes possibilidades de interpretação e de entendimento de um grupo de pessoas que atua cooperativamente, em uma sala de aula.

Incluir não é deixar a criança sem fazer nada, ou fazer apenas desenhos.

Para Mantoan (2003) “Incluir não significa diferenciar uma atividade para os que tem deficiência, mas aceitar e autorizar que cada um percorra seu caminho para resolver um problema, o que significa pensar em alternativas para quem tem dificuldades de percorrer a via tradicional.”

Para Carvalho:

Uma escola inclusiva não prepara para a vida. Ela é a própria vida que flui devendo possibilitar, do ponto de vista político, ético e estético, o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade crítica e construtiva dos alunos - cidadãos que nela estão, em qualquer das etapas do fluxo escolar ou modalidade de atendimento educacional oferecidas. Para tanto, precisa ser prazerosa, adaptando-se as necessidades de cada aluno, promovendo a integração dos aprendizes entre si com a cultura e demais objetos do conhecimento, oferecendo ensino aprendizagem de boa qualidade para todos, com todos para a vida. (1998, p.35)

Para o autor a sala de aula deve ser um espaço prazerosa em que todos aprendam com a interação e objetos oferecidos para eles.

Os professores ainda estão resistindo a esse desafio colocado pelo processo de construção da educação inclusiva. O papel do professor é incluir esses alunos no processo, considerando sua formação como educador.

Um dos desafios fundamentais que emergem da proposta de escola inclusiva é a formação do professor, que para Fávero (2009) é, justamente, o de repensar e resignificar a própria concepção de educador. Isto porque, o processo educativo consiste na criação e no desenvolvimento de “contextos” educativos que possibilitem a interação crítica e criativa entre sujeitos singulares, e não simplesmente na transmissão e na assimilação disciplinar de conceitos e comportamentos estereotipados. Nessa perspectiva, a inclusão de pessoas com deficiência nos processos institucionais dos vários ambientes, dentre os quais, os escolares requerem, muito além de mudanças pontuais, mas transformações paradigmáticas e culturais no sistema organizacional, assim como o desenvolvimento de concepções, estruturas relacionais e referenciais culturais capazes de agenciarem a complexidade e o conflito inerentes à interação entre diferentes sujeitos, linguagens, interesses, culturas.

Nos tempos atuais, construir uma escola numa perspectiva inclusiva – que atenda adequadamente a estudantes com diferentes características, potencialidades e ritmos de aprendizagem – é um dos grandes desafios dos sistemas educacionais. Não basta, porém, apenas oferecer aos alunos o acesso à escola. Necessário se faz ministrar um ensino que seja de qualidade para todos, que atenda às reais necessidades dos educandos. Em outras palavras, deve existir abertura para um trabalho pedagógico efetivo com a diferença presente nos educandos, em geral. Para tanto, é imprescindível investir – dentre outros fatores – na formação inicial dos profissionais de educação para atuação com a diversidade do alunado, incluindo nesse contexto os educandos que apresentam deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento. Podemos perceber que avanços vêm ocorrendo, neste sentido, no Brasil, no tocante à legislação existente e aos documentos oriundos de órgãos educacionais. Várias iniciativas foram empreendidas pelo MEC e por diversos órgãos em nível federal, estadual e municipal, no que diz respeito à formação de docentes para favorecer a inclusão de todos os alunos, na escola regular.

2.4 FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Considerando experiências como as trazidas pelo professor Roger, temos por objetivo considerar as tensões e desafios que se colocam para a formação de professores quando a tensionamos, simultaneamente, à diversidade de pessoas que são alunos na atualidade. Queremos evocar a presença na escola do aluno que apresenta deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação pensar práticas pedagógicas. Algumas questões atuais desafiam a nossa inventividade: como está sendo assegurado o direito à escolarização dos estudantes com indicativos para a Educação Especial? Como são pensadas as escolas de ensino comum nessa discussão? Há dispositivos de apoio nessas escolas? Como os profissionais da educação são envolvidos nessas questões? Como se dá a formação dos educadores? Como está se materializando essa questão no campo e na interface com outras diversidades? Quais são as condições concretas de trabalho dos profissionais da educação para a implementação de um projeto político-pedagógico inclusivo, do currículo e das práticas docentes para o ensino e a aprendizagem desses alunos?

Tais questões atravessam o direito à escolarização, influenciam a formação do educador e trazem implicações para o processo de inclusão escolar que busca se fortalecer. Muitos movimentos vêm ocorrendo, desde a inserção de professores de Educação Especial nas escolas comuns, para apoio aos professores regentes, até a abertura de salas de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado.

Cabe-nos entender como as escolas vêm lidando com as questões da inclusão escolar e, também, fomentar essas experiências nos processos de formação docente, possibilitando o acesso a reflexões teórico-práticas, que permitam uma leitura crítica da realidade e alicersem projetos que visem à transformação.

Como nos sugere Boaventura Souza Santos (2007), devemos buscar enxergar sinais, pistas, latências e movimentos, ou seja, o que ele denomina de “ainda-não”, a possibilidade de deslocamentos e ações, ainda não pensados ou instituídos, mas que, na ação coletiva, podem emergir e nos apontar sinais e possibilidades.

Meirieu (2005, p. 44) nos ajuda nessa direção quando afirma:

Abrir a Escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente

coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui não é uma escola [...]. A Escola, propriamente, é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. Sem nenhuma reserva.

A escola tem por finalidade instituir os cenários políticos e pedagógicos para permitir o acesso ao conhecimento, empreendendo “[...] esforços permanentes de universalização da cultura”. (MEIRIEU, 2002, p. 175). Nesse sentido, faz-se necessário buscar a escola concreta, onde habitam alunos(as), professores(as), profissionais em ações pedagógicas; a escola, onde, na atualidade, se coloca o princípio ético da inclusão escolar. Para tal, fazem-se necessárias reflexões sobre a educabilidade, processos de inclusão-exclusão, políticas educacionais, condições de aprendizagem, dentre tantas outras.

Concordamos que há, sim, que se investir maciçamente na formação inicial e continuada do educador. Falamos de política educacional pública que garanta ao educador o direito ético da formação de qualidade. Uma formação que considere a diversidade, no caso específico do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação. Reconhecemos que há uma orientação nacional, mas como ela se desdobra em cada espaço local, cabe a cada grupo de profissionais da educação fazê-la, a partir de seu conhecimento, de suas condições concretas, dos profissionais presentes localmente, das políticas instituídas por aqueles que fazem. Só não podemos abrir mão da ética de que “todos devem estar no jogo”.

Para a garantia da aprendizagem de todos os alunos, precisamos assegurar o acesso ao currículo escolar, por meio de práticas pedagógicas diferenciadas que atendam aos percursos de aprendizagem de cada estudante. Tal situação é um desafio, pois demanda professores detentores de conhecimentos teórico-práticos, bem como planejamentos coletivos, estratégias e metodologias de ensino e de processos de avaliação que possibilitem ao educador acompanhar o desenvolvimento de cada aluno que está em sala de aula. O desafio que se coloca para nós, educadores, é construir um espaço escolar onde a diferença, de qualquer natureza, possa “existir”. No dizer de McLaren (2000), há que se construir um “contra script”, precisamos criar possibilidades, ao invés de mantermos antigos estigmas e práticas.

Nesse sentido, coloca-se oportuna a pergunta: “O que podem as práticas pedagógicas?”. Meirieu (2002, p. 34) nos oferece pistas para pensar tal questão quando nos sugere: “[...]”

descobrir novos meios para que a educação seja um lugar de partilha e não de exclusão”. Aponta pistas, ainda, quando nos direciona a perceber um aluno concreto, um aluno que “[...] impõe um recuo, que nada tem de renúncia” (MEIRIEU, 2002, p. 85). Ou quando nos diz do fazer pedagógico: “A pedagogia pode se constituir, como uma tensão permanente entre o que escraviza e o que alforria” (MEIRIEU, 2002, p. 125).

Mesmo na escola se presentificando muitas tensões e desafios, ela pode se constituir em um espaço de conhecimento capaz de criar alternativas para a garantia de uma proposta de aprendizagem para todos os alunos. Para a ação docente no contexto da diversidade, necessário se faz trabalhar com redes de encontros. Encontros de saberes, fazeres, reflexões, metodologias, estratégias de ensino, recursos, perspectivas avaliativas, pois, dessa forma, estaremos nos constituindo sujeitos coletivos. Vivemos o tempo de tradução, isto é, o momento de criar diálogos entre os diferentes conhecimentos e experiências disponíveis neste mundo tão plural e heterogêneo (SANTOS, 2007).

Cabe também a reflexão de que a formação docente qualificada pode muito, mas não pode tudo.

2.5 O PAPEL DA SALA DE RECURSOS PARA INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Com a política de inclusão, o MEC criou um projeto de implantação de Sala de Recursos Multifuncionais nas escolas Estaduais que tem como propósito apoiar os sistemas de ensino na oferta do atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao processo de escolarização, conforme previsto inciso V do artigo 8º da Resolução CNE/CEB nº. 2/2001.

Serviço de apoio pedagógico especializado em alas de recursos, nas quais o professor especializado na educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos; (2001, p. 02).

O AEE (atendimento educacional especializado), é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as

barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. (SEESP/MEC/2008).

É um serviço de apoio, jamais pode ser imposto pelo sistema do ensino ou eleito como condição para aceitação da matrícula do aluno com deficiência em escola comum.

É um trabalho necessariamente diferente do realizado em sala de aula do ensino comum.

Na prática da integração, baseada no princípio de normalização, entendia-se que a escola caberia “abrir as portas” para os alunos/ as com deficiência, oferecendo situações individualizadas de aprendizagem, e ao/à aluno/ a adaptar-se a estrutura existente (BATISTA JR, p.2008).

Segundo o autor, não basta só matricular, tem que haver a inclusão nas salas regulares e salas do AEE, com atendimento individualizados ou em pequenos grupos.

As salas de recursos multifuncionais (AEE), realiza ações específicas para ajudar o aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, a agir de modo estruturado no ambiente escolar e fora dele, considerando as especificidades de cada um. Porque os alunos com deficiências, IGD, altas habilidades ou superdotação, que são público alvo da Educação Especial, precisam ser atendidos nas suas especificidades, para que possam participar ativamente do ensino comum.

O trabalho do AEE é apoiar o desenvolvimento do aluno com deficiência, disponibilizando o ensino de linguagem e de códigos específicos de comunicação e sinalização, oferecendo tecnologia assistiva TA, adequando e produzindo materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas dos alunos e oportunizando e enriquecendo o currículo (para alunos com altas habilidades). O AEE deve se articular com a proposta da escola comum, embora suas atividades se diferenciem das atividades naquelas salas. Esse trabalho é realizado no período inverso ao da classe comum freqüentada pelo aluno e, preferencialmente, na própria escola desse aluno, na sala de recursos multifuncional. Esse espaço organizado preferencialmente em escolas comuns das redes de ensino. Pode atender as escolas da proximidade instituído pela portando nº 13 de 24 de abril de 2007.

As salas de recursos multifuncionais são dotadas de mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos

alunos em turno contrário ao que freqüentam a escola comum. É um espaço, sendo de responsabilidade do diretor e da comunidade escolar, a conservação, a organização e a administração do mesmo.

Como objetivos de enfatizar a inclusão escolar, a resolução CNE/CEB nº 2, 2001, que institui as leis de diretrizes nacionais para a educação especial na educação no Brasil, em seu artigo 2º que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (2001,p.1)

De acordo com essa citação, as escolas regulares tem que matricular e fazer as adaptações necessárias junto com a professora do AEE, criar recursos para eliminar as dificuldades dos alunos com deficiência.

As atribuições do professor da sala de recurso multifuncionais é identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos de forma a construir um plano de atuação para eliminá-las.

Reconhecendo as habilidades do aluno: ao identificar certas necessidades do aluno, o professor de AEE reconhece também suas habilidades e a partir de ambas traçam o seu plano de atendimento. Produzindo materiais como: transcrição de textos, adequação de materiais didáticos-pedagógicos, ampliação de textos, gravação de textos, entre outros.

Quais os critérios para solicitar uma sala de recurso multifuncional para escola:

- Ter matriculas de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação registradas no censo escolar/MEC/INEP;
- Disponibilizar professores com formação para realizar o AEE;
- Ter espaço físico para instalação dos equipamentos e recursos da SEM;

As crianças com deficiência, possui duas matriculas, uma na sala regular outra no AEE, porém só pode se matricular no AEE se já estiver matriculada na sala regular. Essas vinculações tem como finalidade estimular a aceitação dessas crianças pelos gestores das

escolas, quando o governo estipula dupla contagem ou seja recebendo em dobro do FUNDEB-PDDE.

As secretarias municipais e estaduais de educação devem aderido ao compromisso TODOS PELA EDUCAÇÃO e devem apresentar suas demandas por meio do plano de ações articuladas- PAR para que possam solicitar e receber as SRM.

O projeto político pedagógico (PPP) é o instrumento por excelência para melhor desenvolver o plano de trabalho eleito desenvolver por um coletivo escolar, ele reflete a singularidade do grupo que o produziu, suas escolhas e especificidades.

Especificamente para que a inclusão dos alunos público-alvo da educação especial aconteça nos espaços escolares, é preciso que esse coletivo se inteire sobre o funcionamento da instituição, o currículo, as metodologias pedagógicas que orientam a ação educativa e o tipo de avaliação e a partir desse levantamento sugerir as modificações para reduzir as diferenças e o fracasso escolar desses alunos.

Para atender as características de um ambiente escolar inclusivo, deve-se pensar que:

1. O funcionamento da instituição será pautado em uma concepção de identidade e diferenças, em que as relações entre ambas não se ordenam em torno de oposições binárias (ex: normal, especial). Nela não se elege uma identidade como norma privilegiada em relação às demais e sim se vivenciar o respeito à diferença.
2. As propostas curriculares, não devem ser adaptadas mas sim, contextualizadas de acordo com as experiências do aluno, na medida em que se reconhecem e se valorizam, os alunos em suas peculiaridades de etnia, de gênero, de cultura. O aluno é quem se adaptar ao currículo quando se admitem e se valorizam as diversas formas e os diferentes níveis do conhecimento de cada um.
3. As metodologias pedagógicas deverão se basear na interação entre colegas de turma, na aprendizagem colaborativa, na solidariedade entre alunos e entre estes e o professor. Estes, quando buscam obter o apoio dos alunos e propõem trabalhos diversificados e em grupos, deverão desenvolver formas de compartilhamento e difusão dos conhecimentos nas salas de aula.
4. A avaliação da aprendizagem deverá ser contínua e quantitativa, com a participação do aluno, tendo, inclusive, a intenção de avaliar o ensino oferecido e torna-lo cada vez mais adequado à aprendizagem de todos os alunos conduzindo a outros resultados. A adoção desse modo de avaliar com base no qualidade de ensino e da

aprendizagem e não pelo sistema de notas já diminuiriam substancialmente o número de alunos que são indevidamente avaliados e categorizados como deficientes nas escolas.

No entanto, a escola deve se tornar inclusiva, pois ela não tem sido, mesmo que os preceitos constitucionais mostre uma visão de uma sociedade justa e igualitária, sem qualquer preconceito. Se estamos falando de inclusão é porque existe a exclusão.

Nas escolas é comum o usar o laudo médico, para atestar que aquele aluno vai aprender pois ele tem uma deficiência.

Devemos respeitar mais só isso não basta temos que considerar as diferenças, pensando e planejando atividades que contemple essas diferenças.

No contexto escolar das pessoas com deficiência, que estão inseridas no ensino regular e os recursos utilizados para que esse aluno seja incluído nesse processo escolar. Para tanto, precisamos entender o que seria a educação inclusiva, em que os sistemas e instituições estão adaptados às necessidades das pessoas com deficiência. Para o presente estudo a educação inclusiva é uma abordagem que procura responder às necessidades de aprendizagem de todos os alunos, tendo como foco o grupo de pessoas que têm necessidades especiais. Com o complemento de Brasil:

O movimento mundial em direção a sistemas educacionais inclusivos indica uma nova visão de educação, que recupera seu caráter democrático através da adoção do compromisso legal com a oferta de Educação para Todos, na qual a diversidade deve ser entendida e promovida como elemento enriquecedor da aprendizagem e catalizador do desenvolvimento pessoal e social (BRASIL, 2005, p. 58).

A inclusão visa assegurar uma educação de qualidade para os alunos, favorecendo a relação entre os alunos com necessidades educacionais especiais com todos os sujeitos envolvidos em seu processo de aprendizagem, assegurando o acesso desse aluno e, também, dando o suporte necessário para atender as suas necessidades de aprendizagem, bem como a atuação dos profissionais envolvidos nesse processo.

Entretanto, para que a inclusão ocorra efetivamente, é necessário que haja mudanças: na gestão escolar, nas práticas pedagógicas, no currículo e nas próprias atitudes discriminatórias para que possibilitem o acesso dos alunos com deficiência às classes regulares de ensino. A política de inclusão educacional afirma os direitos humanos e a participação social, a fim de

superar os preconceitos existentes na sociedade. Para tanto, é preciso por fim na segregação, como também, conscientizar a sociedade de que o deficiente não é incapaz.

A sala de recursos multifuncionais é um espaço na escola onde acontece o atendimento especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, a fim de desenvolver a aprendizagem, baseada em novas práticas pedagógicas, com o intuito de auxiliar esses alunos a acompanharem o currículo proposto pela escola, como também, progredirem na vida escolar.

3 CAMINHOS PERCORRIDOS DA PESQUISA

3.1 TIPO DE PESQUISA

O caminho metodológico percorrido durante a pesquisa foi à leitura que é uma fonte necessária para que a pesquisa funcione de forma exemplar até a pesquisa empírica, que acrescenta a coleta de dados a fim de obtermos o alcance dos objetivos desse trabalho. A investigação pretende conhecer o funcionamento das salas de recursos multifuncionais e a análise da atuação dos professores envolvidos no processo desse espaço.

A opção escolhida foi pesquisa qualitativa, uma vez que a mesma visa compreender a natureza de um fenômeno social. Esse tipo de pesquisa tem um caráter exploratório, envolvendo tanto a parte teórica quanto a pesquisa empírica. Dessa forma, para desenvolver os objetivos do plano de trabalho, utilizamos duas estratégias metodológicas, a primeira parte se deteve na pesquisa documental e bibliográfica, em que pesquisa documental se remete na análise da legislação em vigor sobre educação inclusiva, educação especial, funcionamento da sala de recursos, formas de atendimento especializado.

A pesquisa bibliográfica teve como base na análise de artigos científicos, livros e pesquisas já realizadas sobre o tema. Notamos que há uma proximidade entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, por isso utilizamos o posicionamento de Oliveira (2007) que diz que a pesquisa documental:

“[...] Caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação” (p. 69).

Enquanto que a pesquisa bibliográfica se caracteriza por colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado, inclusive congressos e conferências realizadas, sobre o assunto proposto. Posteriormente, entramos em contato com a Secretaria

de Educação, mais precisamente com a coordenação de Educação Especial, para solicitar o nome das escolas que possuíam salas de apoio.

Esta pesquisa de campo teve como objetivo conseguir informações referentes as formas de atendimento das salas de recursos multifuncionais e como os professores atuam diante do atendimento educacional especializado, ou seja, a pesquisa de campo nos levou a entender melhor como ocorre o processo de funcionamento e atendimento das salas de recursos na prática. Para nos aprofundarmos na realidade, foi utilizado a aplicação de questionário.

Segundo documento atual das Salas de Recursos Multifuncionais esse espaço é provido de recursos pedagógicos os quais, atendem às necessidades educacionais especiais dos alunos e, também, pode atender aos alunos de escolas próximas, e que ainda não possua a sala de recursos.

3.2 LOCAL DA PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO

3.2.1 IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRIA DA CRECHE

A Creche Municipal Maria Graciete Ramos Castro, está localizada na rua Vereador Milton Henrique Gonçalves, 69 - Bela Vista- Gurjão –PB. A creche municipal foi fundada na década de oitenta, na gestão do antigo prefeito Petrônio Medeiros, chamava-se “Mundo Feliz”, e continuou com essa mesma nomenclatura até 1996. Até essa data a cidade de Gurjão ainda tinha como distrito a cidade de Santo André e não existia recursos voltados para educação infantil, dada sua liberação apenas por meio do alvará municipal. A creche era apenas utilizada como “depósito”, ou seja, não existia uma preocupação com a aprendizagem, o intuito era apenas o cuidado com as crianças. Vale ressaltar que em 1977, foi criado o Projeto Casulo, vinculado à Legião Brasileira de Assistência (LBA) que atendia crianças de 0 a 6 anos de idade e tinha a intenção de proporcionar às mães tempo livre para poder “ingressar no mercado de trabalho e, assim, elevar a renda familiar”. Essa realidade era de todo o território nacional. No final do mandato do senhor Petrônio Medeiros, Santo André passou a ser cidade, desvinculando-se do Município de Gurjão.

Em 1997, na gestão do prefeito Inácio Alves Câluete, a Creche Municipal passou a ser chamada de Creche Renascer, o nome da creche pôde ser mudado, pois, as cidades se

desvincularam e tinha a opção de permanecer ou criar uma nova nomenclatura, sendo a creche “Mundo Feliz” extinta de ambos os municípios. Seu Inácio adotou esse nome “Renascer”, pois, segundo a gestão que tinha como slogan Renascendo Gurjão, o propósito era renovar e melhorar os recursos e a administração da cidade, com o novo olhar para a população. De acordo com os dados coletados, a creche nesse momento tinha acompanhamento pedagógico, com supervisores educacionais, porém os recursos ainda eram poucos, os funcionários dessa época eram contratados como prestadores de serviços pela prefeitura.

Em 2001, na gestão do prefeito José Carlos Vidal a Creche Municipal passou a ser chamada Olindina da Conceição Borges, em homenagem a avó do presidente da Câmara municipal, o vereador José Elias Borges Batista. A creche Olindina da Conceição Borges era registrada e vinha os recursos necessário para seu funcionamento inclusive possuía prédio próprio. Em 2012 a creche foi extinta e o prédio foi doado para o funcionamento do CRAS (Centro de Referência Social).

Em 2012, na gestão do prefeito José Martinho Cândido de Castro, foi inaugurado o prédio que funciona até os dias de hoje, no qual, passou a se chamar Maria Graciete Ramos Castro, em homenagem a uma professora, cunhada do prefeito. Graciete, professora homenageada, tem uma longa história de luta e determinação no trabalho como educadora. Morreu de forma prematura com um câncer irreversível.

Desde a presente dada a creche começou seu funcionamento em sede própria e até hoje encontra-se em bom estado de conservação. A creche no momento possui conselho escolar recém registrado e os recursos ainda são repassados pela Secretaria Municipal de Educação, quadro que mudará em breve segundo a diretora.

A creche é um modelo do Projeto Proinfância Tipo B que, de acordo com o portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação, visa garantir o acesso de crianças a creches e escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de Educação Infantil:

A creche é um modelo do Projeto Proinfância Tipo B Tem capacidade de atendimento de até 224 crianças, em dois turnos (matutino e vespertino), ou 112 crianças em período integral. Foi considerada como ideal a implantação das escolas do Tipo B em terreno retangular com medidas de 40m por 70m e declividade máxima de 3%. O prédio, térreo, tem cinco blocos, distribuídos entre as funções administrativa, de serviços e multiuso e blocos pedagógicos, um pátio coberto e área externa para playground, torre de água e estacionamento. (BRASIL, 1998).

No bloco administrativo ficam a secretaria da escola, sala dos professores, diretoria, almoxarifado e sanitários masculino e feminino para adultos. No bloco de serviços, rouparia, lavanderia, copa para funcionários, depósito de material de limpeza, vestiários masculino e

feminino, despensa, cozinha, bufê e lactário. O bloco da creche, para crianças até três anos de idade, tem fraldário, sanitário e áreas de atividades, repouso, alimentação e solário. Já o bloco da pré-escola, para crianças de quatro e cinco anos, tem espaço de atividades, repouso e solário. A complementação dos espaços para esses estudantes está no bloco multiuso que tem sala, sanitários para meninos e meninas, sanitários para adultos e para pessoas com deficiências, sala de informática e telefone (BRASIL, 1998).

A Creche permanece com toda a estrutura em bom estado de conservação e qualidade. Possui como recursos técnicos e pedagógicos, computadores, TVs, notebooks, aparelhos de DVDs, retroprojetores, som, jogos, livros. E na estrutura física encontram-se 10 (dez) salas de aula sendo 01 (um) berçário, 04 (quatro) maternais, 03 (três) pré escola e 01 (uma) sala de AEE e uma no momento está sem funcionamento, todas com boa iluminação e boa circulação de ar, 05 (cinco) almoxarifados, 07 (sete) banheiros, sendo 02 (dois) para crianças especiais, adequados para cada faixa etária 01 (um) lactário, 01 (uma) cozinha, 01 ((uma) lavanderia, 01 (uma) sala de reunião (coordenação), 01 (uma) secretaria, 01 (uma) diretoria, 01 (um) refeitório, 01(uma) copa (local onde é servido as mamadeiras), 01(um) pátio com parque de diversão e 01(um) parque com caixa de areia. Todos os equipamentos desde a cadeiras, carteiras, mesas, bancos, brinquedos, até os parques são devidamente adequadas para o uso das crianças que usufrui do local.

O sistema elétrico, devido à presença de crianças pequenas não existe a presença de tomadas baixas e instalação exposta, exceto nos blocos de administração e serviços. Também por motivo de segurança, adotou-se o uso de dispositivos diferenciais residuais (DDRs) de alta sensibilidade nos pontos de tomadas das áreas molhadas, chuveiros e bebedouros.

Já o sistema Hidráulico mantém sistema de abastecimento de água potável indireto, no qual a água proveniente da concessionária não segue diretamente aos pontos de consumo, pois possui recipientes de aproximadamente 15 mil litros no qual comporta toda a necessidade do prédio.

3.2.2 CORPO DOCENTE DA INSTITUIÇÃO

PROFISSIONAL	TURMA	TEMPO DE SERVIÇO EM CRECHE	FORMAÇÃO	CRITÉRIO DE ADMISSÃO
Leomacia Simões	Gestora	5 anos	Pedagogia, Especialista em AEE (em curso)	Cargo Comissionado

Lúcia	Coordenadora	12 anos	Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia	Efetiva
Laura	Berçário	33 anos	Pedagogia, Serviço Social, Especialização em Educação Infantil	Efetiva
Maria do Socorro	Maternal	33 anos	LOGOS II	Efetiva
Rosineide	Maternal	3 anos	Ensino médio	Efetiva
Elisângela	Maternal I	19 anos	Ensino médio	Efetiva
Izabel	Maternal I	9 anos	Biologia, Especialista em Educação Básica	Efetiva
Alba	Maternal II	9 anos	Ensino Médio	Efetiva
Alice Cristina	Maternal II	2 anos	Pedagogia	Efetiva
Eliete	Maternal II	19 anos	Pedagogia	Efetiva
Fátima	Maternal II	13 anos	LOGOS II	Efetiva
Alda Cléia	Pré I	7 anos	Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia	Efetiva
Ana Maria	Pré I	7 anos	Pedagogia, Especialista em Educação Básica	Efetiva
Marineide	Pré I	1 anos	Ensino Médio	Efetiva
Flávia	Pré I	19 anos	Pedagogia, Especialista em Educação Básica e Mestrado (em curso)	Efetiva
Luciene	Pré II	9 anos	Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia	Efetiva
Lucicleide	Pré II	19 anos	Ensino Médio	Efetiva
Germânia	Pré II	19 anos	Pedagogia	Efetiva
Rosimere	AEE	3 anos	Pedagogia, Especialista em AEE (em curso)	Cargo Comissionado

A maioria dos professores são efetivos e no momento alguns estão dobrando carga horaria, ora como professora, ora como auxiliar de sala de aula. A creche municipal ainda conta com 01 (uma) coordenadora, 01(uma) supervisora, 01(uma) diretora, 02 (duas) secretárias - 01 (uma) turno manhã e 01 (uma) turno tarde, ambas têm licenciatura em pedagogia e especialização; 03 (três) vigias - 01 (um) manhã 01, (um) tarde e 01(um) noite; 02 (duas) cozinheiras com 02 (duas) auxiliares -02 (duas) manhã e 02 (duas) tarde. Para organização e limpeza, a creche possui 05 (cinco) auxiliares de limpeza divididos por turnos - 03 (três) pela manhã e 02 (duas) a tarde.

3.2.3 ASPECTOS ESTRUTURAIS E DE FUNCIONAMENTO

A Creche atende à 188 crianças que na sua maioria de baixa renda, pois os mesmos possuem Bolsa Família. A creche funciona de 07Hs00min. as 11Hs00min. e de 13Hs00min. as 17Hs00min., sendo que as turmas do berçário e maternal II, PRÉ I e PRÉ II funcionam em turno integral.

A maioria das crianças são oriundas de famílias carente de todo município, haja vista a profissão dos pais que na maioria são agricultores de pequeno porte, secretária do lar ou funcionários públicos com salário mínimo. As vagas oferecidas são para todas as crianças e obedecem a um critério de idade exigido pelo sistema educacional não havendo discriminação de classe social ou de credo religioso.

Quadro 2: A creche atende ao público da seguinte forma:

TURMA	FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE ALUNOS	TURNOS
Berçário	De 6 meses à 1 ano de idade	10 alunos	Manhã
Maternalzinho	De 1 ano à 2 anos de idade	36 alunos	Manhã e Tarde
Maternal I	De 2 anos à 3 anos de idade	37 alunos	Manhã e Tarde
Maternal II	De 3 anos à 4 anos de idade	28 alunos	Manhã e Tarde
Pré I	De 4 anos à 5 anos de idade	40 alunos	Manhã e Tarde
Pré II	De 5 anos à 6 anos de idade	37 alunos	Manhã e Tarde

O conceito de criança não é único, uma vez que de acordo com os aspectos culturais e sociais de um povo, o momento histórico e o grupo étnico a que pertença, a concepção da criança se modifica. Em Oliveira (2002, p.57), por exemplo, consta que “concepções, muitas vezes antagônicas defendidas na educação infantil tem raízes em momentos históricos diversos e são postas em práticas hoje sem considerar o contexto de sua produção”. O que pode levar uma prática que não valoriza a criança da educação infantil e nem respeita como ser sócio histórico e transformador do mundo em que vive.

3.2.4 OS OBJETIVOS EDUCACIONAIS DA CRECHE SÃO:

- Promover uma educação viva e inclusiva a partir da interação entre instituição de ensino e comunidade;
- Garantir o cuidar e o educar das crianças de forma associada, preservando a integridade física, mental, emocional e social do educando;
- Oportunizar sistematicamente momentos de reflexão da prática pedagógica, visando a melhoria do processo de ensino aprendizagem
- Intensificar a inter-relação entre os diversos setores da comunidade: clube de mães, supermercados, igrejas, posto de saúde e sociedade civil;

- Melhorar as relações interpessoais entre todos os envolvidos no processo educativo;
- Minimizar as interferências dos conflitos familiares na educação escolar.

O planejamento de ensino e avaliação, de acordo com o projeto político pedagógico-PPP, o planejamento e a avaliação vem sendo desenvolvido de forma flexível com as crianças da creche. A avaliação deve incidir sobre os progressos apresentados pelas crianças nos aspectos psicológicos, intelectuais e social, acreditando que um processo formal de avaliação das crianças estará mais para atender a uma necessidade de algumas esferas da comunidade que visa a” controlar a escola e os professores que se veem como tarefas de formalizar e comprovar o trabalho realizado via avaliação das crianças” (HOFFMANN, 2004. P.9)

3.3 ETAPAS DA PESQUISA

A escolha do percurso a ser percorrido numa pesquisa é algo muito sério, que deve ser alvo de reflexão, ou seja, esse percurso e o que nós leva aos nossos objetivos de trabalho, já que eles estão ligados com toda a pesquisa.

Assim buscando respostas para os objetivos do meu trabalho, optei por uma abordagem qualitativa de pesquisa. Essa abordagem permite analisar e descrever com riqueza o tema pesquisado.

A problemática é o ponto de partida a ser estudada é considerando a abordagem qualitativa, adotei. Como método de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, ou seja, em livros e artigos científico. Todo trabalho ou pesquisa requer uma pesquisa bibliográfica, entretanto trabalhos como estes proposto são exclusivamente de fonte bibliográfico.

Esse tipo de trabalho apresentam um caráter analítico e o processo de coleta de dados consiste na pesquisa por referencias já existentes que tratam sobre o tema pesquisado, neste caso, a pesquisa se deu por referências que falam da inclusão escolar e as salas de AEE. Fazendo as leituras bibliográficas e escolhida e selecionando os autores que tratam dessa problemática.

Existem muitas fontes bibliográficas, daí a necessidade de citar as fontes utilizadas na pesquisa. Utilizei publicações impressas, virtuais, artigos e livros, que representam bibliografias amplamente divulgada.

Ao optar por esse tipo de pesquisa bibliográfica temos uma variedades de informações que não teríamos em uma pesquisa exploratória, por exemplo. Entretanto apesar das

facilidades que a pesquisa bibliográfica oferece é necessário analisar bem as origens das fontes, assegurando a qualidade e a veracidade dos dados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sala de recursos multifuncionais da creche Municipal Maria Graciete Ramos Castro, no momento está atendendo 23 crianças de diferentes níveis escolar, distribuído nos turnos. A creche atende ao público da seguinte forma:

Eles frequentam uma hora por dia no horário oposto a sala regular. Eu desenvolvo atividades de acordo com a dificuldade de cada aluno utilizando os recursos existentes e confeccionando novos recursos a partir da necessidade das crianças.

A criança com deficiência exige do profissional da educação um olhar sensibilizado, compreensivo e adaptador acerca das atividades e convívio social. Cada deficiência possui suas particularidades e singularidades, mas isso não torna o aluno um ser inerte, ele pode aprender, ensinar, e desenvolver as suas habilidades.



Figura 1
Aluno com dificuldades de aprendizagem
Desenvolvendo atividade de artes



Figura 2
Aluno com retardo mental
Desenvolvendo atividade de artes

As atividades são pedagógicas e do cotidiano deles. O atendimento educacional especializado acontece de segunda a quinta, as sextas são para capacitação e planejamento do professor.

Frequentam o atendimento educacional especializado todos os alunos da rede municipal do município de Gurjão, que possua necessidades especiais, desde que faça parte do público alvo do AEE. E frequentem a sala regular em outro horário. As dificuldades são muitas mais venho conseguindo desenvolver o meu trabalho, sempre com o apoio da família que é de suma importância nesse processo de aprendizagem, o objetivo do AEE é eliminar as barreiras, que os alunos enfrentam, mais não só pedagógico, mas também do seu cotidiano e sempre trabalhando junto com o professor da sala regular.

Através de relatórios feitos pelo professor do AEE, a Secretaria de Educação tem acesso a situação que o aluno se encontra na escola e no âmbito familiar, essa relação da escola e família, é de suma importância para o desenvolvimento de qualquer aluno, e com a criança com deficiência, é importante que a família compreenda a particularidade com outros olhos para haver esse crescimento intelectual e social.



Figura 3
Aluno autista
Desenvolvendo
atividades lúdicas



Figura 4
Aluno com deficiência múltipla
Desenvolvendo atividade escrita

As secretárias de bem-estar social e saúde, também vem contribuindo com nosso trabalho com o apoio da fonodíloga, psicóloga, assistente social, fisioterapeuta, entre outros profissionais, permitindo uma maior inclusão para as múltiplas deficiências. Partindo desse pressuposto, é notável que para uma efetivação da educação de crianças e adolescentes com deficiência, é necessário um trabalho conjunto de professor de AEE, escola, professor regular, família e auxiliar, possibilitando assim, meios acessíveis e eficazes de educação.



Figura 5:
Visita da Fonodiologa na sala do AEE

A sala de atendimento especializado funciona como mediador da relação de aprendizado em sala de aula regular e desenvolvimento das competências, sendo assim um curso da educação especial na rede regular de ensino. É verdade que os professores, na realidade escolar brasileira de salas lotadas, muitas vezes, não tem condições ou oportunidades de ter esse olhar sensibilizado a respeito dos alunos deficientes. É nessa etapa que se encaixa o AEE, possibilitando essa atenção especial ao aluno, atendendo às suas necessidades.

O sistema de atendimento do AEE na rede escolar funciona da seguinte maneira: os alunos com deficiência são incluídos em sala de aula com os demais alunos, em um horário contrário a sala de aula regular, são atendidos na sala de AEE. Para que o profissional, professor do atendimento especializado, avalie e acompanhe se a inclusão está ocorrendo e se o aluno está evoluindo educacionalmente. Por meio de atividades monitoradas, sempre respeitando e sendo paralelas ao que o professor regular está ministrando, o profissional especializado analisa e dá o seu parecer acerca daquele aluno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados e dos teóricos analisados verificou-se que a inclusão escolar é um desafio para escola e professores.

É nesse ambiente de recursos educacionais especializados a cada deficiência que o professor de AEE tem seu destaque e exerce sua função acerca da educação de crianças e jovens com deficiência. A atuação no AEE deve ser exercida pelo professor que deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada. Esse professor não tem como único papel o atendimento ao aluno. Suas atribuições estão ligadas a ações que promovam igualmente e disponibilidade de recursos de acessibilidade.

O processo de inclusão se faz necessário na educação para cumprir as leis, para que acabe com uma sociedade preconceituosa, pois ao longo dos tempos, ela humilhada e perseguiu e até matou pessoas com deficiências.

Por isso é impossível negar a necessidade de se pensar na inclusão como uma verdadeira revolução. Sabemos que não é fácil a inclusão das crianças com necessidades especiais, mas é necessário, daí surge a necessidade de curso específicos na área para os educadores.

Promover a inclusão educacional é promover a interação entre alunos com deficiência com os outros alunos e com a escola, no processo de aprendizagem, e suas necessárias mudanças no ambiente escolar, de acordo com as necessidades desses alunos.

A escola pesquisada aborda um trabalho compromissado com a inclusão da criança na sala regular com e possibilita recursos e atendimentos especializados dos mais variados para atender as múltiplas deficiências.

A inclusão, apesar de já ter evoluído muito, ainda deixa muito a desejar, pois tão pouco é investido na formação de professores especifica na área, quase sempre as turmas são enormes, e a estrutura física não é adequada. Enfim, a inclusão educacional é muito ampla, e devemos levar em conta não só as criança com necessidades especiais, mas todas as diferenças existentes.

6 REFERÊNCIAS

BAPTISTA, CLÁUDIO; Beyer, Hugo Otto. Educação inclusiva de quem e de quais práticas estamos falando? Machado, Adriana Marcondes. In_____. Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas / Organização. Porto Alegre: Mediação, 2006. 192p. Cap.10, p.127 – 136 .

BATISTA JUNIOR, J.R.L. Pesquisas em educação inclusiva: questões teóricas e metodológicas/ José Ribamar Lopes Batista Júnior. PIPA comunicação, 2016. 300p.: II, Fig. Quadros. |e-book|.

BRASIL. CNE. CEB. Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001. Brasília, 2001

BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Sobre o Proinfância: O Que é?** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-proinfancia>>. Acesso em: 15 de setembro de 2017.

CARVALHO, L. M. A temática ambiental e a escola de 1º grau. Universidade de São Paulo, SP 1998.

Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, 2001.

FERREIRA (2005)

FIGUEIRA, Emilio. Caminhando em silêncio- Uma introdução a trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil. Giz editorial, 2008.

HOFFMANN, Jussara M. L. Avaliação na pré escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Mediação Porto-Alegre-RS. (2004. P.9)

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** / Maria Tereza Eglér Mantoan- São Paulo: moderna, 2003.(coleção cotidiano escolar)

MAZZOTA (2005,p.15)

McLAREN, P. Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MEIRIEU, P. A pedagogia entre o dizer e o fazer: a coragem de começar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MEIRIEU, P. O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender. Porto Alegre: Artmed, 2005.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de – Educação Infantil: Fundamentos e métodos. Cortez. São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, M.M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, Vozes, 2007

PIMENTA, Selma Garrido e Lima, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2004.

RODRIGUES, Armind J. Apud Ribeiro e Baumel (2003)

Sá ,Elizabet Dias de. Palestra apresentada na 6ª Jornada de Educação Especial "A Educação no Terceiro Milênio: Espaço para Diversidade", realizada de 03 A 06 DE JUNHO DE 2003 - Faculdade de Filosofia e Ciência - UNESP-Marília.

SANTOS, B. de S. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.